

UMA HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE

Flora Zauli¹

Tanise Paula Novello²

Marcos da Cunha Teixeira³

Gustavo Prado Machado⁴

Resumo: O presente trabalho teve como intuito investigar as percepções socioambientais e narrativas de pertencimento dos moradores da Comunidade do Nativo visando construir conhecimentos que subsidiem ações de Educação Ambiental crítica. Utilizou-se o Mapeamento Participativo como estratégia para revelar a dinâmica histórica e espacial do território a partir dos saberes dos moradores. Os resultados situam as mudanças causadas pela drenagem artificial dos alagados na Planície Costeira do Rio Doce como elemento principal analisado sob os pressupostos teóricos da Educação Ambiental Crítica, considerando as articulações entre os conceitos de pertencimento, identidade e Justiça Ambiental, categorizados em três dimensões: território, ambiente e modos de vida.

Palavras-chave: Educação; Meio ambiente; Pertencimento; Justiça Ambiental; Comunidade do Nativo (ES); Planície Costeira; Rio Doce.

Abstract: The present study aims at investigating the impacts to which were submitted the Traditional Communities on the northern coast of Espírito Santo (Brazil) from the socio-environmental perceptions and narratives of belonging of Nativo Community residents. Participatory mapping was used as a strategy to reveal the territory's historical and spatial dynamics from the residents' narratives. The results situate the changes caused by the artificial drainage of flooded areas in the Coastal Plain of Rio Doce as the main element, which was analyzed based on the theoretical assumptions of Critical Environmental Education, the idea of belonging, identity and Environmental Justice, categorized in three dimensions: territory, environment and ways of life.

Keywords: Environmental; Education; Belonging; Environmental Justice; Nativo Community (ES, Brazil); Coastal Plain of Rio Doce.

¹Universidade Federal do Espírito Santo - UFES E-mail: flora.zauli@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8837310744955279>

²Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: tanisenovello@furg.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3514280528881407>

³Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: marcosteixeiraufes@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8837310744955279>

⁴Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: gmprado.gmp@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9783956535209540>

Introdução

As relações sociedade-natureza, antes da segunda metade do século XX, assim como compreendem Caetano *et al.* (2015), baseavam-se em atender às necessidades que garantiam a sobrevivência da população tradicional ribeirinha caracterizada pelo estilo “viver com a natureza”, assegurando o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, pois o manejo era conciliado dentro da capacidade do ciclo de recuperação das espécies. Posteriormente, a natureza passou a ser fonte de exploração, atendendo à lógica capitalista e ao acúmulo de riqueza, em síntese, uma lógica de “viver da natureza”. Essa mudança na relação das sociedades com a natureza também caracterizou o processo de ocupação da Planície Costeira do Rio Doce.

Como parte orgânica da lógica do “viver da natureza” estabeleceu-se no Território tradicional da Planície Costeira do Rio Doce uma Educação Ambiental de perspectiva naturalista que compreende a espécie humana como vítima e responsável pela degradação ambiental, estabelecendo uma dicotomia homem-natureza sem compreensão das mediações presentes nessa relação (JUNTA; SANTANA, 2011, p. 48). Nessa interpretação coloca-se o “homem” de forma genérica, sem distinção das diferentes relações que, historicamente, cada grupo social tem travado com o ambiente. Com isso, ações de Educação Ambiental direcionadas às comunidades tradicionais tem ignorado seus modos de vida enquadrando-os como simples degradadores da natureza, ignorando seus conhecimentos sobre o território. Por isso, torna-se urgente a construção de conhecimentos socioambientais a partir do debate e do diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes (LOUREIRO, 2006) visando subsidiar uma Educação Ambiental mais adequada à realidade da relação homem-natureza na Planície Costeira do Rio Doce.

A Planície Costeira do Rio Doce, devido sua formação no período quaternário holocênico (SUGUIO *et al.*, 1982), apresenta sua origem sedimentar de influência fluviomarina, e se encontrava naturalmente alagada, anteriormente à intervenção humana (MANSUR *et al.*, 2004). Essa Planície representa um grande território tradicional⁵ onde diferentes Comunidades de pescadores e marisqueiras coexistem com suas especificidades, dentre as quais cita-se a Comunidade do Nativo de Barra Nova, identificada como sendo de fundamental importância no processo inicial de ocupação do território.

Desde a colonização, os povos do litoral norte do Espírito Santo sofrem com a exploração e expropriação cultural (TEIXEIRA, 2010). Porém, em meados dos anos de 1950 os modos de vida dessas Comunidades passaram a sofrer maior pressão devido aos planos governamentais de desenvolvimento

⁵ “Entendemos o território enquanto espacialização de uma relação de poder, manifesta pela apropriação e/ou dominação de determinada parcela do espaço por um grupo social, num determinado contexto histórico” (FERREIRA, 2009, p.16).

econômico para a região. Nesse período, no intuito de modificar profundamente a condição pantanosa que prevalecia na região, foram implantados programas de incentivo a drenagens dos alagados sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS, extinto em 1990) para aproveitamento de várzeas na ampliação do agronegócio. Assim, esses territórios começaram a ser visados para atender ao modelo econômico desenvolvimentista e sofreram com a imposição de grandes latifúndios da pecuária e das atividades de extração e beneficiamento de petróleo e gás, esgotando diversos recursos naturais e inviabilizando os modos de vida tradicionais (TEIXEIRA, 2010).

Mais recentemente, em 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, de propriedade das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Os rejeitos de mineração percorreram o Rio Doce desde Bento Gonçalves-MG até a sua foz, localizada no Espírito Santo. A lama alcançou a região marinha e estuarina da Planície Costeira do Rio Doce, prejudicando seus ambientes, incluindo a fauna, a flora e diversas Comunidades que continuam sofrendo com a contaminação das águas e morte das suas principais fontes de proteína.

Diante dos diversos cenários de impacto causados pelo modelo de produção capitalista, as Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce vêm desenvolvendo estratégias para frear a expropriação de seus territórios e minimizar a invisibilidade a que têm sido submetidas nas tomadas de decisões oficiais. Uma dessas estratégias é utilizar os instrumentos legislativos a seu favor, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes e prevê o direito à indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais. Assim, essa Convenção torna-se um importante instrumento de garantia do respeito à integridade do território e, inclusive, determina a consulta prévia às Comunidades sobre empreendimentos que possam afetá-las diretamente. Além da Convenção nº 169 da OIT, a Comunidade Tradicional, como sujeito de direito, integra um dispositivo constitucional que não pode ser objetificado através de um rótulo, selo ou carimbo (ALMEIDA *et al.*, 2010). De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Povos e Comunidades Tradicionais podem ser definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). Salienta-se que, dentre os objetivos da PNPCT, está o de reconhecer a autoidentificação dos povos e Comunidades Tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos.

Nesse cenário, a Educação Ambiental oferece sustentação teórica-metodológica e legal, que inclui o processo de pertencimento e aponta possibilidades para trabalhar nessa perspectiva de respeito às Comunidades Tradicionais em diálogo com a justiça ambiental. Loureiro e Layrargues (2013) explicam que a Educação Ambiental forjada no eixo transformador, crítico ou emancipatório, é aquela que, em síntese, busca pelo menos efetuar uma análise da conjuntura complexa da realidade, com intuito de identificar os fundamentos necessários para questionar as condições sociais historicamente produzidas, que geram a desigualdade e os conflitos ambientais, considerando as relações de opressão e dominação próprias da modernidade capitalista. A lógica das Comunidades que possuem seus modos de vida tradicionais converge nessa perspectiva, dispendo de outros padrões societários. Fortalecer essa dinâmica do coletivo e da identidade contribui no debate, na análise e nos apontamentos para os conflitos que essas Comunidades têm enfrentado. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela lei nº 9.795 de 1999, traz o aporte legal representando avanços para o campo da Educação Ambiental, pois considera que seus “processos ocorrem por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999), dialogando, assim, com a Convenção nº169 da OIT e a PNPCT.

As Lentes dos Diálogos Propostos

A partir de leituras referenciadas em Sauv  (2016), entende-se que construímos nossas identidades na relação com o outro e que nosso meio ambiente se constrói na relação entre natureza e cultura. Assim, a Educação Ambiental contribui no processo do reconhecimento de uma identidade ambiental para atribuir significado ao nosso ser no mundo e desenvolver um pertencimento ao meio de vida, promovendo a cultura do engajamento coletivo. Voltar nossa atenção para a construção, ou defesa, da nossa identidade individual e coletiva é um ponto relevante no desenvolvimento da Educação Ambiental, pois as questões debatidas ganham significado real e nos faz compreender que somos parte do que discutimos, criando-se uma relação de pertencimento que nos leva à participação e ao envolvimento. Esse movimento nos desvencilha de uma Educação Ambiental preconizadora de informações fragmentadas ou receitas ecológicas do pragmatismo que o modelo de produção vigente tenta nos impor diariamente.

É nesse sentido que os elementos de teorização apresentados a seguir contribuíram para a escolha de um percurso metodológico centrado na pesquisa participativa. Assim, o Mapeamento Participativo foi um dos caminhos utilizados, possibilitando que a Comunidade retratasse seu território sem delimitações impostas pelo Estado, ressaltando a importância dos usos de cada elemento representado em cada traçado.

Compreendendo o Mapeamento Participativo

O Mapeamento Participativo, realizado na perspectiva de Acsehrad (2008), envolve os sujeitos que vivem no território na discussão dos conflitos socioambientais a partir de uma dimensão política a respeito das demandas locais. A socialização e a construção coletiva do conhecimento durante o processo possibilitam pensar o espaço em que estão inseridos para que possam nele se organizar. Nesse sentido, buscamos apoio na noção de justiça ambiental (ACSELRAD, 2005) que, em meio às tensões sociais, promove um movimento de resignificação da questão ambiental no intuito de construir futuros possíveis.

As raízes metodológicas do Mapeamento Participativo estão relacionadas com as metodologias participativas, perspectiva que se opõem aos modelos lineares de metodologia de pesquisa. Acsehrad (2008) ressalta que os mapeamentos realizados pelas próprias populações locais já são desenvolvidos há muitos anos, em diferentes locais do mundo. Porém, essa prática se tornou amplamente difundida no início dos anos 1990. Em suas reflexões, Acsehrad (2008, p. 86) compreende que “mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social”. Nesse sentido, o autor chama atenção para a emergência de políticas cartográficas em que os mapeamentos sejam os próprios objetos da ação política, pois oferecem elementos para uma discussão sobre produção de espaço, lugar e território, assim como das identidades das pessoas que habitam e constituem esses espaços.

Identidade e pertencimento como perspectiva de diálogo

As investigações desenvolvidas no presente trabalho se relacionam aos pensamentos de Sauv  (2016), ao compreender que construímos nossas identidades na relação com o outro e que nosso meio ambiente se constrói na junção entre natureza e cultura. Essa perspectiva associa-se aos pensamentos de Cousin (2010) perante as questões que envolvem o pertencimento. A autora parte da problematização do modelo capitalista hegemônico, que fragilizou as relações dos seres humanos entre si e com o lugar ao qual pertencem, produzindo, assim, o desenraizamento que nos distancia da responsabilidade individual e coletiva, quando perdemos nossas referências culturais e nossa identidade. Foi a partir desse olhar crítico que conduzimos e propomos uma reflexão sobre os impactos que os Projetos de cunho desenvolvimentista causaram na Planície Costeira do Rio Doce.

Diante dessa questão, buscamos envolver os jovens da região em discussões sobre a origem identitária do seu povo, no intuito de resignificar os fatos do passado, entendendo que influenciam no sentimento de pertencimento e na percepção socioambiental. Dessa forma, procuramos construir juntos condições para compreendermos o território como extensão apropriada e usada, bem como sua dinâmica espacial e temporal. No movimento desta pesquisa, foi relevante problematizar, assim como ponderado por Cousin

(2010, p.4), “[...] a importância do tradicional para o lugar, destacando que os signos e símbolos que o constituem não são sinônimos de atraso, mas sim de identidade”. Ainda, segundo Cousin (2010), o processo de fortalecimento da cultura (valores) de populações que tiveram seus saberes tradicionais impactados contribui para que não sejam seduzidos pelo padrão de consumo imposto por uma lógica organizacional externa e incompatível.

Os canais por onde emergem as memórias e o sentimento de pertencimento

Os registros deste trabalho se deram através do percurso metodológico composto por três atividades distintas: (1) Oficina de Memória; (2) Oficina de Mapeamento Participativo, situado principalmente na narrativa dos participantes; e (3) Exposição “Homem e Natureza na Planície Quaternária do Rio Doce”, ação proposta para contextualizar e debater os impactos socioambientais enfrentados pelas Comunidades da região, principalmente com os jovens locais.

Para análise dos registros foram estipuladas categorias prévias, sendo que todas as narrativas e observações de campo foram consideradas parte da categoria de Pertencimento, divididas em subcategorias definidas a priori, pautadas no trabalho de Souza e Chaveiro (2019), situadas em três dimensões: territorial, ambiental e modo de vida.

Atividade 1 – Oficina de memória

A Oficina de Memória foi realizada a partir de trabalhos de campo que possibilitaram vivenciar a Comunidade do Nativo, conhecer alguns dos saberes tradicionais imbricados em seus modos de vida e suas territorialidades. Os registros dessa ação foram gerados utilizando a História Oral como instrumento metodológico, sendo os participantes indicados pela própria Comunidade, visando as pessoas que lembravam de aspectos relacionados ao uso do território, das relações mais antigas até as atuais. As entrevistas foram gravadas em formato de áudio e sistematizadas no processo de decupagem, identificando os temas para análise.

Atividade 2 – Oficina de mapeamento participativo

A Oficina de Mapeamento Participativo ocorreu a partir da memória coletiva, reunindo um grupo mobilizado pela própria liderança local. Inicialmente, todos da Comunidade foram convidados, porém apenas oito pessoas compareceram. Dessa forma, foi proposto aos presentes que elaborassem de forma livre um desenho do território de Nativo, trazendo elementos do passado e do presente, sem a interferência de materiais externos e mapas já traçados. Neste momento os moradores foram incentivados apenas com perguntas, tentando trazer os elementos das histórias já contadas na Oficina de Memória feita anteriormente. Assim, ao desenhar, lembravam e narravam sobre os lugares de moradia; de cultivos, pesca, caça e coleta; sobre

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 3: 153-173, 2021.

as construções das Igrejas; o uso do cemitério; dentre outros elementos que indicam a identidade do grupo e seu pertencimento ao território.

Durante o processo foram relatados em caderno de campo aspectos observados durante a participação da Comunidade na oficina e gravados alguns trechos das memórias que os moradores contavam ao desenhar.

Atividade 3 – Exposição “Homem e Natureza na Planície Quaternária do Rio Doce”

Com o intuito de proporcionar um momento para os jovens do Norte do Espírito Santo conhecerem a história local a partir de outros olhares e incentivá-los a desenvolverem uma percepção crítica dos problemas socioambientais enfrentados nos seus territórios, foi realizada uma exposição sobre a história da Planície Costeira do Rio Doce, diferente do que se configura usualmente como conteúdo pedagógico nas escolas. A exposição ocorreu de forma guiada e interativa e foi estruturada em ordem cronológica, iniciando com a formação física da Planície, passando pelos diferentes modos de ocupação humana que ocorreram ao longo da sua história, até as modificações dos aspectos socioambientais da atualidade. Os visitantes foram incentivados a perguntar e, a partir das perguntas, o mediador contava a história, trazendo os registros dos povos originários, modos de vida e as memórias compartilhadas pelos moradores mais antigos, valorizando e buscando resgatar a identidade das Comunidades dessa região.

Identidade e pertencimento legitimados pela memória

Assim como apontado por Ribeiro (1995), ressaltamos o fato de a história do Brasil ser contada através da perspectiva apenas de um dos protagonistas: o invasor. Assim, os registros sobre o que sucedeu aos índios, aos negros e, conseqüentemente, às Comunidades Tradicionais, raramente apresentavam suas próprias falas, sendo esses povos e suas culturas colocados em lugar de invisibilidade e pejoratividade na história, as quais se perpetuaram e foram internalizadas no senso comum. Nessa perspectiva, é possível reconhecer convergências com as formulações de Ascelrad (2005) sobre Justiça Ambiental ao ressaltar as relações sociais e políticas presentes nas questões ambientais e, sobretudo, a necessidade de compreender como os próprios atores, envolvidos nessas relações têm construído suas questões temáticas e o modo como associam seus ambientes e valores. Ainda nessa via de encontros, podemos identificar a relevância da história oral nas tessituras deste trabalho. Assim como apontado por Ruscheinsky (2005), esse processo permite o protagonismo do sujeito da pesquisa, que se apresenta autor da sua própria história.

Em diálogo com as ideias de Errante (2000) diante da história oral, a memória e a narrativa tornam-se contexto no qual a identidade é praticada. Compreende-se, dessa forma, que na dinâmica entre a história oral e o Mapeamento Participativo emergem memórias como formas de evocações, de

modo que as narrativas construídas pelos sujeitos consistem em fatos significantes para eles. Com essas premissas, ressaltamos que os elementos metodológicos escolhidos já traziam como proposta as falas dos sujeitos como processo de pertencimento.

A drenagem dos alagados como o divisor de águas

Analisar as memórias registradas no presente trabalho a partir das lentes propostas, demanda “adentrar no universo simbólico da Educação Ambiental e supõe considerar a leitura que fazemos de suas representações” (ANDRADE, 2019, p. 208). Assim, as falas dos sujeitos participantes podem implicar em diversas reflexões.

Foi possível identificar nesses registros, além do pertencimento, fatos históricos que demarcam grandes alterações nas relações construídas na Planície Costeira do Rio Doce. Dessa forma, foi selecionada a drenagem dos alagados como perspectiva para análise. As mudanças após esse marco foram analisadas a partir de três dimensões definidas a priori, com base no referencial de Souza e Chaveiro (2019), sendo essas: territorial, ambiental e modo de vida, conforme apontado no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese das condições anteriores e posteriores à drenagem dos alagados da Planície Costeira do Rio Doce frente as memórias da Comunidade do Nativo.

	Dimensão	Condições anteriores à drenagem dos alagados do território	Condições posteriores à drenagem dos alagados do território
PERTENCIMENTO	Territorial	Uso livre/coletivo do território	Desintegração do território, uso limitado/privado da terra
		Ausência de cercas e delimitações internas e ausência de documentação fundiária	Presença de cercas nas divisas internas e necessidade de documentação fundiária
		Território ocupado por negros e indígenas	Matança/supressão de negros e de indígenas para apropriação das terras por grilagem
	Ambiental	Maiores domínios de vegetação de brejo e florestas de mata atlântica	Menores domínios de vegetação de brejo e supressão das florestas de mata atlântica
		Menores domínios de vegetação de mangue	Maiores domínios de vegetação de mangue
		Abundância de fauna silvestre e ictiofauna	Redução da fauna silvestre e da ictiofauna
		Uso de materiais e técnicas artesanais na pesca (xóqui/quixó; faixo)	Substituição de materiais e mudança de técnicas na pesca (rede de emalhar)
		Qualidade do alimento	Perda da qualidade nos alimentos
		Farta disponibilidade hídrica (água doce)	Escassez hídrica, salinização e contaminação da água

Continua...

...continuação.

	Dimensão	Condições anteriores à drenagem dos alagados do território	Condições posteriores à drenagem dos alagados do território
PERTENCIMENTO	Modos de Vida	Agricultura, pesca, mariscagem e cata para autossustentação e venda dos excedentes	Aquisição de alimentos no supermercado
		Abastecimento domiciliar de água via cacimbas	Abastecimento domiciliar de água via poço artesiano e caminhão-pipa
		Ampla uso de remédios naturais	Limitado uso de remédios naturais
		Frequentes pescarias em locais próximos	Pescarias ocasionais e em locais mais distantes
		Uso de materiais e técnicas de tradicionais (barro, madeira)	Substituição gradual por materiais e técnicas construtivas convencionais
		Farinheiras de uso comum	Farinheiras de proprietários
		Abundância no cultivo do arroz	Ausência do cultivo do arroz
		Qualidade do alimento	Perda da qualidade nos alimentos
		Maior participação nos rituais e festas religiosas	Diminuição da participação nos rituais e festas religiosas

Fonte: Trabalho de campo. Adaptado de Souza e Chaveiro (2019).

No momento do Mapeamento Participativo os moradores iniciaram o desenho com a Igreja São José, a primeira igreja local, cuja frente era voltada para o rio, a entrada da Comunidade, conforme relataram os moradores. Ao longo da atividade, além de identificarmos a importância desses corpos hídricos como referências no território, observamos que o tamanho proporcionalmente maior da igreja de matriz católica também correspondia a uma escala de valor simbólico. Posteriormente ilustraram o mangue; o Córrego do Macaco que, antigamente, quando suas águas ainda corriam, era o que delimitava a Comunidade; desenharam sua nascente e outros canais naturais; complementaram com a casa de olaria, indicando a sua importância para a história da Comunidade. Contaram que, no passado, os moradores produziam telhas artesanais, utilizando as coxas como fôrma e as transportavam pelo rio até o comércio que havia no porto de São Mateus.

Para cada elemento desenhado no mapa, Seu Jerônimo Nunes Coutinho, um informante-chave da Comunidade, trazia uma narrativa sobre os modos de vida naquele tempo atrelada à identidade, ao território e ao ambiente. Ao desenhar os cursos do córrego principal, não se delongaram para citar sobre os canais abertos para drenagem dos alagados, realizada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS):

Aqui tem a vala do DNOS... Essa aqui que era o antigo Córrego do Macaco, aí o homem veio cá, drenô ela e fez essa vala. (...) Isso é antigo, muito antigo, aí ligaram ela no Córrego do Macaco e fizeram ela ligá no rio, que ela ia devagarzinho secando o rio, tipo uma esponja, aí essa vala que secou de vez, que ajudou a secar com a vala da DNOS, né? Aqui foi o governo que fez essa vala aqui... DNOS... esses órgãos do governo de antigamente (...) Aqui era tudo pântano. (Abril, 2019)

Os moradores, em seus relatos, citaram a drenagem vinculada aos impactos por ela desencadeados. Portanto, mesmo analisando as alterações geradas por esse marco de forma sistematizada, a fim de evidenciá-las, é importante ressaltar que na construção de uma territorialidade são tecidas redes de relacionamento e sociabilidades com o ambiente, os modos de vida, os espaços em disputa de poder, entre outros aspectos que estão completamente interligados sendo impossível desconectá-los para compreender a dinâmica do território da Planície Costeira do Rio Doce.

O pertencimento como porto seguro

O processo de colonização e os impactos gerados com a drenagem dos alagados pressionaram para adaptações das relações dessas Comunidades com seu meio. Ainda assim, mesmo com mudanças intensas, reconhecem sua identidade atrelada a uma ancestralidade. Diegues (2001) afirma que um dos critérios mais importantes para culturas ou populações tradicionais é o de identificar-se como pertencente a um grupo social particular. Atualmente, segundo o autor, o autorreconhecimento é uma identidade construída ou reconstruída, que pode perpassar por processos conflituosos, devido ao contato com a sociedade urbano-industrial e com os neomitos (da natureza intocada, do mundo selvagem) criados por esta.

Os estudos de Rozario *et al.* (2018) realizados em Comunidades na região litoral norte do Espírito Santo identificam em seus modos de vida, técnicas herdadas dos negros trazidos da África e dos índios da região, que já foram predominantes dentre os habitantes. A importância dessa ancestralidade é reforçada na fala da Dona Bininha, 78 anos, moradora da Comunidade do Nativo, ao rememorar seus saberes como benzedeira, que se assemelha à cosmologia indígena e à fisionomia do pai:

- Meu pai era bem moreno, era um caboclo bem caboclo... vou falar uma coisa pra vocês, eu tenho uma coisa comigo que eu tenho descendência de índio, eu tenho comigo! Sabe por que? Porque, menina, tem vez que eu sonho com elas toda direitinho, elas me ensinando banho de mato, uma coisa né?

- E a senhora faz, quando a senhora sonha?

- Eu faço! (Novembro, 2018)

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 3: 153-173, 2021.

Os estudos de Ferreira (2009) realizados no extremo norte do Espírito Santo também contribuem na compreensão da ancestralidade dessas Comunidades, trazendo informações e relatos sobre a vinda dos africanos desembarcados no porto de São Mateus para servir de mão-de-obra escrava nas fazendas produtoras de cana e farinha de mandioca. A autora compreende dois momentos distintos de ocupação dos povos negros na região: o primeiro, ainda na vigência da escravidão, através de refúgios dos que se negavam à situação de escravizados e depois, com o fim da escravidão e a decadência econômica das fazendas no final do século XIX, ocupando terras abandonadas pelos donos de engenhos. Podemos relacionar os relatos de Dona Rita, 63 anos, nascida no Nativo, compreendendo sua identidade como forma de permanência e continuidade desses povos no território: “Os pais dos meus bisavôs vieram da África amarrado e acorrentado até o Porto de São Mateus, minha mãe era uma pessoa muito tradicional, eu sou pessoa tradicional; eu faço muita cura através de orações”. Além da ancestralidade, Dona Rita testemunha a transmissão dos saberes herdados das gerações passadas.

Um dos moradores mais antigos da Comunidade do Nativo, Ambrosio Bernardo, 97 anos, nascido e criado ali, conta que sua mãe nasceu no Nativo e seu pai na Comunidade do Ranchinho, situada nas proximidades, também no território da Planície Costeira do Rio Doce. Na construção da sua narrativa, contribui no enriquecimento da nossa história, diante da perspectiva de um território já ocupado há séculos:

- Era dos índios aquela área ali, descobriram muitos potes deles, na época que eles tavam arranchado ali, naquele tempo de mata né? Eles arranchavam ali, ali morria (...) ainda tem ainda. Agora, há pouco tempo, meu genro foi sepultado lá; eles acharam, passaram pelo um pote que tava enterrado (...) a cova passou por fora, né? Desviaram, tamparam e deixaram, tá enterrado do mesmo jeito. Mas eu fico analisando: eles fazem um trabalho tão bem feito, que ocê acha aquele pote enterrado, tá como uma coisa que cê queimou ele com pouco tempo, que chega a tá vermelhinho, como uma telha com aquele barro. Eles cozinha tanto aquele troço, que fica mode uma pedra. Mas bem feito aquele troço!

- Mas quem contou pro senhor que era coisa dos índios?

- Todo mundo sabe. Todo mundo sabe que eles não sepulta na terra pura, não. Eles fazem o alicerce e tapa, ou pote, ou qualquer coisa, mas eles num deixa na terra pura, não. Isso aí é projeto antigo mesmo que eles faz. (Novembro de 2018)

Além dos diálogos com Seu Ambrosio ressaltarem a importância dos registros via oralidade, eles implicam na desconstrução da ideia de que essas terras eram desocupadas e ainda aponta para o equívoco do Estado ao considerá-las devolutas nos meados de 1950, assim como descreve Teixeira

(2010) nos seus estudos sobre a ocupação à beira-mar. Nativo, assim como toda a região da Planície Costeira do Rio Doce, já era ocupada por diferentes povos que já traçavam as suas histórias. Seu Ambrosio relata sobre os vestígios dos povos originários da região, ampliando nossos olhares para um território cultural, ou seja, modificado pelos povos antepassados. É possível observar que, além da memória herdada, a relação com esses vestígios traz outras simbologias para a identidade da Comunidade, de modo que não retiraram e nem reiteram esses objetos para fins de patrimônio material.

Durante a atividade exposição “Homem e Natureza na Planície Quaternária do rio Doce”, crianças e adolescentes se identificaram com a história contada, principalmente na estação que remetia às manifestações culturais como processo de resistência das Comunidades Tradicionais. Um jovem se identificou como uma das crianças em uma foto utilizada no material da exposição, que retratava um evento sobre o jongo e, nesse momento, convidou os colegas para verem e contribuiu na explicação de como ocorrem esses festejos na sua Comunidade. Outro momento relevante, foi o envolvimento de uma jovem de 16 anos, quando relatou que pertence a uma Comunidade Quilombola, chamada Santana, localizada no município vizinho onde ocorreu a atividade e que não tinha conhecimento sobre a história contada a respeito do território da Planície. Em meio aos diálogos proporcionados com a exposição, ela comentou o desejo de realizar essa atividade de forma voluntária junto aos mediadores e fazer parte de projetos que o grupo tem realizado na região. Nesse aspecto, foi observado que a Exposição gera, além de um conhecimento breve sobre a história local, o sentimento de pertencimento dos visitantes que residem no território da Planície e seu entorno, ao se identificarem com os elementos apresentados.

O Território: “antes, ninguém tinha dono de nada, era assim...”

Ao remeter às memórias dos moradores, além de reforçar a drenagem dos alagados como um dos impactos mais relevantes na região, é possível identificar as mudanças diante do uso do território, indicando (anteriormente à drenagem) o uso livre/coletivo do território, a ausência de cercas e delimitações internas, além da ausência de documentação fundiária; e posteriormente à drenagem, a desintegração do território com o uso limitado/privado da terra, a presença de cercas nas divisas internas e a necessidade de documentação fundiária: “o nome é Nativo porque não tinha cerca! todo mundo criava porco, fazia roça. Fazia cerca só pros porcos não entrar, entendeu? e todo mundo aqui criava solto (...) naquela época ninguém panhava nada de ninguém” (AMBROSIO, 97 anos). Nesse ponto da história, nota-se que a relação sociedade-natureza na Planície Costeira do Rio Doce foi submetida a um modelo de uso que sobrepôs os modos de vida desenvolvidos pelos nativos (TEIXEIRA, 2010), desencadeando diversos impactos socioambientais que ainda repercutem na atualidade.

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 3: 153-173, 2021.

Depois que abaixou essa água e abriram esse rio, (...) ficou nois trabalhando e perdendo muita lavora, aí a DNOS abriu essa vala aí; (...) foi o que secou. Agora, depois que secou, quem era dono era o Estado. Um requeriu uma parte, outro requeriu outra (...) depois que secou que entrou esse povo, povo de muito longe, com um gado muito bom que tava aí, meteram requerimento. Eram os fazendeiros. E hoje ficou assim (...) eles cercavam, tinha que cercar. (...) Antes ninguém tinha dono de nada, era assim” (AMBROSIO BERNARDES, relato: novembro de 2018).

Como descrito nos estudos de Ferreira (2009), as terras alagadas que antes não eram de interesse para as atividades lucrativas do capitalismo passaram a ser submetidas a fim de atender aos grandes projetos do Estado do Espírito Santo, em busca de seu “desenvolvimento tardio”. A drenagem dessa água doce e potável da região possibilitou a invasão dos fazendeiros com o agronegócio, a exploração madeireira, a vinda da Petrobras (em meados de 1960) para a exploração de petróleo e gás no local, além da tomada de terras para o monocultivo de eucalipto e a especulação imobiliária de empresas privadas, configurando, assim, “a *aliança entre o capital e o Estado nas esferas política, econômica e jurídica*” (FERREIRA, 2009, p. 403), que pôde se apoiar nos incentivos fiscais e na ausência de fiscalização, sobretudo no campo ambiental.

Não consideraram que o território em questão já era ocupado e produtivo, mas por uma população invisibilizada e massacrada com apoio do Estado. Nesse cenário, para defesa de seus territórios, os povos tradicionais foram obrigados a documentarem suas terras. Um povo com dinâmica de uso comum e diálogo com a natureza foi forçado a falar a língua do Estado capitalista. Mesmo os que tentaram, não tiveram a totalidade dos alqueires requeridos registrada em seu nome, e o Estado, aproveitando-se da falta de entendimento do povo, foi o primeiro a “saquear” essas terras e as decretou devolutas. Assim, os fazendeiros, que já faziam parte do novo projeto econômico da região, puderam requerer grandes quantidades de terras e ocupá-las com a agropecuária.

Além dos impactos citados, também pôde ser identificada a presença ampla de negros e indígenas no território anteriormente à drenagem e, após esse marco, a tomada de terras pelos fazendeiros através de pressões para venda de terrenos e até mesmo o assassinato das famílias negras e indígenas para o processo de grilagem. Outro participante da pesquisa relata que essas histórias estão marcadas na sua lembrança: “Tinha os Bonzon; (...) fizeram a pior covardia, mataram muita gente pra tirar esses povo dessas terra aqui; (...) uma família que tinha de matar gente”. Através do mapeamento também foi possível relembrar as relações desse novo projeto de desenvolvimento com os quilombos da região e as formas que suprimiram seus territórios e suas vidas:

Tinham muito negros, pequenas propriedades de negros; (...) eles corriam, vinham prá cá, por ter muita água, (...) ter ilhas, onde eles poderiam ficar, montavam ali as casinhas deles (...). Quando chegou nessa época, chegou essa família Zon pra cá e eles ofereciam, eles mandavam os capataz (na época, jagunços, capataz que davam o nome) e te oferecia: “quero tanto na sua propriedade, te dou tanto”. Aí você não aceitava, né? Então você talvez não amanhecia o dia (...), ia lá e matava a família inteira, jogava em cisterna, enterrava no mato (...), nas matas. Até pouco tempo atrás, tinha sepulturas (...) lá. Eles não deixa ninguém entrar mais, hoje é da Sal Globo, não deixam entrar lá pra ver. (...) Tem cemitério clandestino (...), hoje é tudo no cadeado. (...) Uma vez, veio uma senhora com seis criancinhas que mataram o marido dela, que se ela não fugisse eles matavam ela também. Ela veio e papai deu abrigo aqui uns dias e ela foi embora pra São Mateus e ninguém mais viu, mas o marido dela foi morto por esse pessoal (Abril, 2019).

O cenário apresentado reflete diálogo com a Educação Ambiental frente ao combate à injustiça e racismo ambiental, corroborando as afirmações de Layrargues e Puggian (2016). Os autores compreendem que essa aproximação temática já está respaldada por documentos legais como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Política Nacional de Educação Ambiental, sendo possível desenvolver ações para a conquista de políticas públicas que enfrentem as desigualdades socioambientais e raciais, com a mobilização comunitária. Ainda nessa perspectiva, identifica-se a exposição “Relação Homem-Natureza na Planície Quaternária do Rio Doce”, realizada na atividade 3, como prática educativa que abrange esse contexto territorial, debatendo o modelo de desenvolvimento adotado na região e fortalecendo as iniciativas de envolver a Comunidade na gestão ambiental pública do seu território.

O Ambiente: “era água pura lá, agora é pasto puro”

As discussões imersas na dimensão ambiental foram identificadas nas percepções dos moradores da região, devido ao impacto causado nos alagados permanentes. Os ecossistemas dulcícolas se compunham com maiores domínios de vegetação de brejo, como a taboa, relacionada aos modos de vida da Comunidade, além da abundância de pescados específicos. Podemos identificar nas narrativas as paisagens providas de florestas da mata atlântica, nas chamadas coroa ou ilhas, e menores domínios da vegetação de mangue. Seu Ambrosio lembra que, na sua infância, “era mata pura isso aqui, mata alta, madeira de lei: era cedro, jenipapo, tudo essa região, ocupava. Era brejo, era taboa, a gente tava só nas coroa, essas coroa tudo era mata”. As paisagens descritas por ele não são mais encontradas com facilidade no local, como relata Dona Bininha: “Era água pura lá, agora é pasto puro”. Atualmente,

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 3: 153-173, 2021.

essas paisagens foram dominadas por campos abertos de gramíneas cultivadas para pastagem, poucas árvores e a vegetação de taboa está restrita a algumas áreas alagadas que resistem no período de chuva.

Os alagados e os ecossistemas preservados resultavam em abundância da fauna e, como conta Seu Joel Thomaz (78 anos), isso era sinônimo da fartura, pois havia muitos peixes, caranguejo, mariscos e não era necessário muito esforço para conseguir alimento. O dinheiro, para suprir algumas necessidades da casa, que era escasso. Nesse tempo, a vida girava em torno do que os recursos naturais da região ofereciam. Seu Ambrosio também evoca a palavra “fartura” quando se refere aos recursos pesqueiros: “era morobá, traíra, robalo, camarão, judeu (...); era uma fartura esquisita! Hoje não, hoje cabô minha fia, hoje só por sonho”.

Além da ictiofauna, é notória a ausência da fauna silvestre no ambiente terrestre:

Tinha muita caça, catitu, tatu, paca, veado, macaco, tudo quanto é espécie de caça, tinha. O povo matava e se alimentava, o que tampava o fundo quando não tinha nada era caça, passarinho, tinha demais! Hoje não tem mais nada, foi afastando, foro cabando as mata e eles fugiro tudo.

Assim como representado nos casos estudados de Souza e Chaveiro (2019, p.14), “os entrevistados mostram consciência sobre muitas dessas relações, estabelecendo nexos causais entre o desmatamento e vários tipos de problemas ambientais a que estão hoje submetidos”, pois seus modos de vida estiveram em constante diálogo com a natureza e qualquer alteração do meio é compreendida como um efeito cascata. Importante ressaltar que a relação desses povos com a caça era de subsistência e, dessa forma, a fragmentação das matas e a falta dos habitats apontam para a redução desses animais no ambiente.

Para compreender a redução das florestas e aumento da área de mangue, retomamos novamente a drenagem dos alagados, pois os canais de drenagem foram abertos e interligados com os rios; e a foz do rio, devido aos bancos de arenito presentes na profundidade, foi dinamitada e alargada para acelerar o processo. Teixeira (2010) explica essa violenta alteração no ambiente, quando os canais passaram a sofrer influência do regime das marés e, assim, foram produzidas condições ambientais físico-químicas para a formação do mangue. Seu Ambrosio relata que “num entrava água salgada aqui, botaram aquelas bomba pra arrebentar, pra poder a água salgada entrar, né? Pra favorecer matar o mato (...); depois que arrebentaram aquilo ali, entrou a água salgada”. Assim, compreende-se que a supressão da vegetação nativa e ampliação do mangue foi um processo intencional e acelerado com a salinização da água. Mesmo assim, os modos de vida da Comunidade junto aos aspectos naturais foram reinventados como forma de adaptação. Porém, a presença do mangue nessas áreas hoje é problemática, devido à legislação

ambiental não permitir a ocupação humana nesses ambientes e desconsiderarem essas adaptações relacionadas ao contexto histórico.

A reação em cadeia devido a esse grande projeto até hoje não foi cessada e, na realidade, intensificaram outros impactos, como a chegada dos rejeitos da Samarco em todo o território dessa Planície. À medida que a pluma da lama alcançou o norte do estado devido às correntes marítimas, a mesma dinâmica hídrica que influenciou o processo de salinização levou os rejeitos para os estuários, rios e canais abertos na época da drenagem, afetando, assim, até as regiões das Comunidades que não estão localizadas à beira-mar. Da farta disponibilidade hídrica dos antigos alagados, os ambientes foram tomados pela escassez de água potável e contaminação dos recursos alimentares. Logo, as Comunidades foram diretamente impactadas mais uma vez.

A água aqui era de cacimba, a água era limpinha (...); bebia e não sentia nada (...). Hoje o negócio tá feio: hoje nem cavalo quer beber, hoje tem bomba aí, mas pra tomar água tem que comprar, porque eu não vou tomar essa água (...). Tem uns três anos, depois dessa lama podre aí; estragou tudo. Antes, não; cavava um buraco, não tinha gosto de nada, não tinha problema nenhum, mas hoje? Hoje o negócio tá esquisito (AMBROSIO BERNARDES, relato: novembro de 2018).

Para mitigação dos impactos da lama, as Comunidades reconhecidas como atingidas passaram a depender do abastecimento de água pelo caminhão-pipa da Prefeitura, mesmo assim, não havia água para todos e a procedência e qualidade desse recurso também eram desconhecidas pelos moradores da Comunidade.

Os Modos de Vida: “os médico era as própria pessoa mesmo, tomava remédio de mato”

Devido às populações dessa região desenvolverem seus modos de vida com base nas relações com a natureza, todos os impactos já citados influenciaram nos seus fazeres cotidianos. As alterações geradas nessa dimensão se apresentaram da seguinte forma: anteriormente à drenagem, a agricultura, pesca, mariscagem e cata tinham a finalidade de autossustentação e a venda dos excedentes. Havia amplo uso de remédios naturais, a Comunidade utilizava espécies da vegetação nativa como plantas medicinais e fauna local era utilizada nas receitas de tratamentos, encontravam-se benzedadeiras e parteiras com facilidade na região. Como os alagados eram frequentes, as pescarias em locais próximos e o uso de materiais e técnicas tradicionais se sobressaltavam, inclusive na construção das casas, recorrendo ao barro e à madeira local. Assim, como relatam os moradores, havia maior quantidade de farinheiras e todos utilizavam: o uso era comum e dividiam a produção. As áreas alagadas também favoreciam a abundância no cultivo do arroz, que era uma das maiores produções locais. Com o cultivo local e as

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 3: 153-173, 2021.

técnicas tradicionais, os moradores ressaltaram que os alimentos consumidos apresentavam qualidade superior, comparado ao cenário atual.

Posterior à drenagem e à queda dos cultivos, a Comunidade passou a depender de supermercados e, conseqüentemente, passou a necessitar de mais recursos financeiros para a compra dos produtos. O abastecimento domiciliar de água (anteriormente com procedência das cacimbas) passou a demandar captação mais profunda, via poços artesianos; mesmo assim, os moradores indicaram nos relatos que a água apresenta aspecto amarelado e mal cheiro, e que associam a qualidade ruim da água ao crime da Samarco. A partir do momento em que os órgãos públicos reconheceram a água imprópria para consumo, os moradores passaram a depender da distribuição fornecida pela Prefeitura via caminhão-pipa, mas com a quantidade insuficiente para abastecer a Comunidade, alguns continuam utilizando a água do poço para consumo, mesmo sabendo do risco de contaminação. Já a supressão das matas e a desvalorização dos seus modos de vida desencadearam a diminuição do uso de remédios naturais, que passaram a ser substituídos por substâncias vendidas em farmácias. Nos relatos, os moradores explicam que muitos deixaram de acreditar na cura através das benzedadeiras e passaram a considerar os procedimentos via parteiras arriscado, aumentando os procedimentos da cesárea entre as mulheres. Sobre os métodos de cura, também indicaram a interferência da religião protestante, pois alguns moradores mudaram suas crenças e a cultura ancestral passou a ser incompatível com as novas religiões.

No âmbito das pescarias, os participantes da pesquisa relataram que essas passaram a ocorrer ocasionalmente e em locais mais distantes, pois a falta de recursos pesqueiros e a contaminação dos locais fizeram com que muitos deixassem de praticar a atividade de pesca. Esse fator também interferiu nos apetrechos de pesca utilizados, o quixó/xóque⁶ e o facho⁷, por exemplo, eram técnicas tradicionais que se tornaram inviáveis. Atualmente, os poucos que ainda pescam substituíram essas técnicas pela rede de emalhe, dependendo de materiais industrializados, como o nylon, para confecção do apetrecho. Na cata do caranguejo eram utilizadas as técnicas manuais de “braço” ou “gancho” e hoje é mais comum o uso de redinhas, confeccionadas com saco de polipropileno trançado que, segundo os ambientalistas, é uma das principais ameaças à conservação do garanguejo-ucá, importante fonte de proteína e renda dos moradores. Já o uso das farinheiras ficou restrito aos proprietários que, em alguns casos, permitem o uso pela Comunidade, mas exigem uma contribuição financeira. Outro ponto relevante foi que o cultivo do

⁶Artefato de pesca cônico, construído de bambu, utilizado manualmente. O pescador busca fixá-lo rapidamente no fundo a partir da abertura maior, no ato que a insere na água, e pela abertura menor introduz o braço no interior da armadilha para apreensão dos peixes que ficaram retidos, logo em seguida retira o quixó/xóque da água e reinicia o processo.

⁷Técnica de pesca na qual o pescador atrai os peixes com um facho luminoso e o golpeia com facão ou pedaço de madeira.

arroz passou a ser uma prática considerada inexistente na Comunidade, devido à crise hídrica e devido à substituição desse cultivo por outros mais tolerantes à seca. Os moradores mais velhos, que indicaram a perda da qualidade dos alimentos, relatam que há relação desse aspecto com o aumento de doenças. Por fim, ainda referente aos modos de vida, foi observada a diminuição da participação dos moradores em rituais e festas tradicionais, apontada pelos moradores como consequência de a religião protestante desqualificar essas tradições.

A drenagem dos alagados foi um marco que intensificou o contato dos povos locais com o mundo urbano-capitalista e, dentro das dimensões já discutidas, a influência do protestantismo fundamentalista, como apontado por Diegues (2001), atribui elementos desintegradores do pensamento simbólico e mítico na complexidade das dinâmicas dessas Comunidades. Essa realidade se apresentou em algumas narrativas e apontam para a necessidade de reformulações de estratégias para ampliar as percepções que perpassam pelo pensamento crítico, fortalecendo o protagonismo dessas Comunidades nas tomadas de decisões sobre seus territórios.

“Em nome do mar, do rio e do espírito santo”⁸: por uma Educação Ambiental crítica na Planície Costeira do Rio Doce

Ao final deste artigo, percebe-se que as metodologias utilizadas atenderam o objetivo de contribuir nos processos para o sentimento de pertencimento e tradicionalidade à Comunidade de Nativo, de modo que as narrativas construídas pelos sujeitos, a partir das memórias evocadas, apresentam simbologias do território da Planície Costeira do Rio Doce que foram significantes para eles.

Os registros das memórias também permitiram identificar as diversas tensões e conflitos nos âmbitos territorial, ambiental e nos modos de vida da Comunidade, causados em decorrência da drenagem dos alagados. A partir do momento em que o território é ocupado com a finalidade de atender aos setores representados pelo capital, sobressaem-se os problemas socioambientais que envolvem especialmente o aumento da dificuldade de acesso à água e a precarização das condições de vida das espécies e do próprio modo de vida da Comunidade.

Em defesa dos seus territórios e da sua identidade, devido aos impactos causados na região e que geraram pressões para se estabelecer algum “diálogo” com o Estado, a Comunidade do Nativo, que travou uma luta pela documentação das terras, está em novo embate, visando ser reconhecida como Comunidade Tradicional. O reconhecimento perante ao Estado é por acesso a direitos diante dos impactos/violência causados pela impunidade

⁸ Título utilizado na reportagem publicada no dia 21 de novembro de 2018 pelo jornal A Sirene, veículo de informação criado com o objetivo de dar voz aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana-MG.

sobre o capital, é por subverter a lógica da privatização dos lucros e socialização das mazelas, no intuito de não perderem seu direito de viver em seus espaços construídos coletivamente.

A proposta aqui desenvolvida não trata de idealizar as Comunidades Tradicionais, mas busca fortalecer seu protagonismo com pensamento crítico, e seu posicionamento frente às circunstâncias complexas que envolvem seu passado, presente e futuro sem isentar os sujeitos das suas responsabilidades. Os mecanismos jurídicos contribuem no enfrentamento dos problemas atuais, contudo, a compreensão dos direitos e deveres atribuídos a esse processo não é contemplada de forma ampla, pois perpassa por uma linguagem restrita a um grupo dominante. Assim, se faz necessária a continuidade do trabalho com ações educativas e de mobilização social envolvendo os moradores locais aos esclarecimentos nesse âmbito.

Por fim, as tessituras realizadas neste trabalho contribuíram no processo de reconstrução da identidade da Comunidade na via do sentimento de pertencimento, através das memórias e diálogos com os moradores do Nativo e possibilitaram discussões que perpassaram os debates da justiça ambiental frente à realidade do território. A exposição realizada, apresentando a história da relação sociedade-natureza na Planície Costeira do Rio Doce, atendeu à proposta de uma ação pedagógica pautada nos conceitos da Educação Ambiental crítica, transpondo ações de tendências conservadoras, proporcionando trocas de saberes com jovens locais sobre o contexto territorial, incluindo os problemas socioambientais enfrentados e o modelo de desenvolvimento adotado na região.

É importante ressaltar que foram encontradas poucas fontes de registros de pesquisas abordando a história da região nessa perspectiva. Assim, o trabalho desenvolvido também amplia os conhecimentos e as potencialidades para atuação de uma Educação Ambiental crítica na Planície Costeira do Rio Doce, trazendo como referência as vozes dos moradores que estão imersos no contexto desse território tradicional. Os conhecimentos produzidos contribuirão com as condições necessárias para a superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada.

Referências

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168p.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental. *In*: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 217 – 228.

ALMEIDA, A. W. B. *et al.* **Caderno de Debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. 349p.

ANDRADE, F. M. R. Natureza e Representações que R-Existem: cinco séculos de invasão, apropriação e violência na amazônia brasileira. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 36, n. 2, p. 207-227, mai/ago 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.html>.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental: institui a política da Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.html>>.

CAETANO, A. P. V.; OLIVEIRA, J. R.; ANHERT, R.; TEIXEIRA, C. C.; TEIXEIRA, M. C. Aspectos da História Ambiental da Ilha de Guriri - ES: contribuição para a Educação Ambiental biorregionalista. **Enciclopédia Biosfera**, v. 11, p. 190-198, jan. 2015.

COUSIN, C. S. **Pertencimento Ambiental.** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, FURG/SeaD, 2010, 10p.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001, 169p.

ERRANTE, A. Mas Afinal, a Memória é de Quem? histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, v. 4, n. 8, p. 141-174, set 2000.

FERREIRA, S. R. B. Donos do Lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES. 2009. 522 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

JUNTA, V. S.; SANTANA, L. C. Concepções de Educação Ambiental e suas abordagens políticas: análise de trabalhos dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (I, II e III EPEAs). **Pesquisa em Educação Ambiental**, 2011.

LAYRARGUES, P. P.; PUGGIAN, C. Convergências na Ecologia Política: quando a Educação Ambiental abraça a luta por justiça ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 72-82, 2016.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

MANSUR, K. L.; MARQUES, A.; FIDALGO, E. C. C.; PRADO, R. B.; FERRAZ, R. P. D.; GONÇALVES, A. O.; DANTAS, M. **Diagnóstico do Meio Físico da Bacia Hidrográfica do Rio Doce/Canal Quitungute (BHRD)-RJ.** 2004.

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 3: 153-173, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes [Convenção 169]**. 27 jun. 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Último acesso em: fevereiro de 2019.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do brasil**. SP. 2. ed. Companhia das Letras, 1995.

ROZARIO, E. M.; TEIXEIRA, C. C.; SILVA, E. D.; TEIXEIRA, M. C. **A Relação Homem-Natureza nas Comunidades Tradicionais da Ilha de Guriri - ES: subsídios à Educação Ambiental**. 1. ed., Curitiba: Appris, 2018.

RUSCHEINSKY, A. A Pesquisa em História Oral e a Produção de Conhecimento em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental Pesquisa e Desafios**. Porto Alegre: Artmed, p. 135-148, 2005.

SAUVÉ, L. Viver Juntos em Nossa Terra: desafios contemporâneos da Educação Ambiental. **Revista Contrapontos**, v. 16, n. 2, p. 288-299, 2016.

SOUZA, L. B.; CHAVEIRO, E. F. Território, Ambiente e Modos de Vida: conflitos entre o agronegócio e a comunidade quilombola de morro de são joão, tocantins. **Sociedade & Natureza**, v. 31, n. 1, p.1-26, 2019.

SUGUIO, K.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L. Evolução da Planície Costeira do Rio Doce (ES) Durante o Quaternário: influência das flutuações do nível do mar. **Atas do IV Simpósio do Quaternário no Brasil**, p. 93-116, 1982.

TEIXEIRA, C. C. A Reorganização da Beira-mar: os diferentes modos de uso e ocupação no norte do espírito santo. 2010. 189 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.